

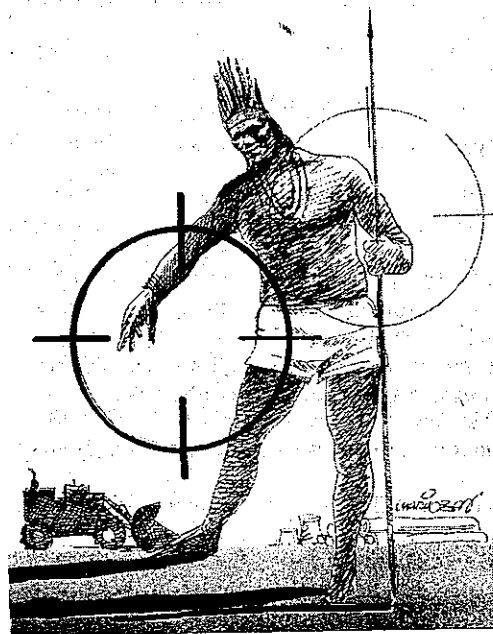
# Os índios na alça de mira

WASHINGTON NOVAES

**A**inda há poucos dias, os moradores de Goiânia tiveram a oportunidade de encantar-se - diretamente, nos locais de competição, ou assistindo à TV - com mais de 25 grupos que participaram dos Jogos dos Povos Indígenas. As expressões de fascínio, espanto, perplexidade, admiração, principalmente nos rostos das crianças, mostraram como sabemos pouco a respeito de quase 200 culturas que vivem em território brasileiro. A festa de encerramento dos Jogos, no Ginásio Rio Vermelho, com índios e não-índios formando uma compacta massa dançante que se deslocava pela quadra, foi um exemplo de como pode ser respeitosa, bonita e mutuamente proveitosa a integração - depois de séculos de segregação e massacre dessas culturas (só neste século já desapareceram mais de 100, cada uma com sua língua, usos e costumes, formas de ser).

Pois essa extraordinária diversidade cultural, única no mundo, patrimônio brasileiro, continua debaixo de graves ameaças. Cerca de metade das áreas indígenas resta sem demarcação e sob a mira gananciosa de garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e outros eiros. Mesmo algumas áreas já demarcadas estão sob ameaça de revisão, graças ao infeliz decreto proposto pelo ministro Nelson Jobim e acolhido pelo presidente da República. Os conflitos avolumam-se em Roraima, no Maranhão, Pará, Mato Grosso e outros lugares. Sem a garantia de terras invioláveis e área suficiente para a manutenção de seu modo de vida, essas culturas desaparecerão. E, com elas, sofisticadas formas de organização política e social - capazes, inclusive, de preservar o meio ambiente e a biodiversidade, nossas riquezas maiores, do lado da diversidade cultural.

Neste exato momento, algumas das culturas mais próximas dos goianos enfrentam ameaças muito concretas. Há poucos dias, as lideranças dos grupos do Xingu - Kuikuru, Yawalapiti, Kalapalo, Waurá, Meinao, Matipu, Aweiti e Nafukuá - enviaram documento ao presidente da Funai, para manifestar seus temores: "Estamos muito preocupados porque sabemos que existem projetos para explorar os recursos minerais de nossas terras, cortar e vender as madeiras do



mato e abrir a área restrita do Parque para projetos como "ecoturismo", inclusive construindo estradas para facilitar a entrada de estranhos".

Dizem os índios xinguanos que sabem, "pela experiência de nossos parentes em tantas outras áreas do país", que esses projetos não lhes levarão nenhum benefício, "mas sim estragos e danos irreparáveis para nossas terras, rios e matos e uma invasão incontrolável em nossas aldeias e áreas sagradas". Por isso - dizem -, "nós, a liderança e a maioria do Parque Indígena do Xingu, não aceitamos projetos de garimpo, corte de madeira, construção de estradas, ecoturismo ou similar dentro da nossa Reserva. O Parque do Xingu é de propriedade comum e para o benefício de todas as tribos que ali vivem".

A preocupação maior dos xinguanos está em que os defensores desses projetos já estão aliciando jovens na área, com a promessa de dar-lhes barcos, roupas, gravadores, motores e até empregos, para que concordem com a invasão.

Da mesma forma os xavante da região de Nova Xavantina, Mato Grosso, com cerca de 1.600 índios

que vivem às margens do rio das Mortes, do qual dependem para sua sobrevivência. E neste caso o temor é diante da projetada (e já em início - ilegal - de implantação) hidrovía rio das Mortes-Araguaia. Ali, às margens do primeiro curso, estão as reservas Areões e Pimentel Barbosa. E o projeto da hidrovía prevê, além da navegação intensa, derrocamentos (explosões de rochas), dragagens e outras obras, que ameaçam a sobrevivência da fauna e poderão ter reflexos sobre toda a rede hidrográfica, especialmente córregos e lagoas, e influência funesta no regime de cheias.

Fala-se muito na necessidade de escoamento da soja da região - que, no entanto, é quase toda ocupada, nas terras que já não pertencem aos índios, pela pecuária. Mas a hidrovía poderá gerar uma pressão migratória ameaçadora para as reservas indígenas, sem falar no desmatamento, no despejo de agrotóxicos, assoreamento etc.

É curioso que o frágil estudo de impacto ambiental e seu relatório sobre o projeto da hidrovía não digam uma palavra sobre os xavante, como não dizem sobre os karajá da Ilha do Bananal e de Aruanã, que também estão à margem da hidrovía. Mais inquietante ainda é saber que a Administração Regional da Funai em Nova Xavantina forneceu elementos para o termo de referência que deveria orientar a feitura do EIA/RIMA - e nada foi considerado no estudo. E muito mais grave é verificar que sequer se cogita de pedir ao Congresso Nacional a indispensável autorização para o projeto, exigida pelo parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição da República.

A Comissão do Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados não pode deixar passar em branco essa questão. Não pode concordar com que a empresa administradora da hidrovía já tenha licenciado uma firma de navegação para operar (doando-lhe o comboio protótipo) e esteja iniciando obras (como diz um documento da Administração Regional da Funai em Nova Xavantina) sem autorização do Congresso e sem licença dos órgãos ambientais, inclusive do Ibama.

A sociedade já está prestando atenção.

WASHINGTON NOVAES é jornalista

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Documentação

Class. \_\_\_\_\_

Data 5/11/1996 Pg \_\_\_\_\_

Fonte \_\_\_\_\_

República (50)